



Nota Conceitual - Evento Paralelo - Fórum de Empresas e Direitos Humanos da ONU

Complexos logísticos: impactos e viola es de direitos para os Povos e Comunidades Tradicionais da América Latina

25 de novembro de 2024, 04:30 p.m.

Local: Rue de Varem  1, 1202, Genebra.

Portugu s/Espanhol/Ingl s - Por favor, trazer celular e fones de ouvido para a tradu o

Organizadores: Cáritas Brasileira Regional Norte 2 e Nordeste 3, Justiça Global, Justiça nos Trilhos, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Rede Eclesial Pan-Amaz nica (REPAM), Funda o Rosa Luxemburgo, Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), KoBra-Kooperation Brasilien, FDCL Berlin, Rettet den Regenwald e.V./Salve a Floresta

Nas mais diversas regiões da América Latina, ocorrem investidas para a implementa o de complexos logísticos, compostos por grandes empreendimentos que atuam com um mesmo *modus operandi*, correspondendo aos interesses do mercado, especialmente à exporta o de produtos do agronegócio e da minera o. Como consequência desses empreendimentos, povos e comunidades tradicionais têm seus direitos violados repetidamente, o que ameaça a sua existência e resulta em várias a es de resistência. Por meio desse evento paralelo, gostaríamos de demonstrar que não se tratam de casos isolados, mas de viola es que se repetem ao longo de toda a América Latina, ressaltando a necessidade de garantir e efetivar os direitos de povos e comunidades tradicionais, especialmente à terra e ao território,   autodetermina o e   Consulta Prévia, Livre e Informada.

Casos:

1- O projeto **Grão Pará Maranhão (GPM)** prevê a constru o de um porto e de uma estrada de ferro no estado do Maranhão, em região que integra a Amazônia Legal brasileira. O Porto pretende ocupar uma área de 1,400 hectares na Ilha do Cajual, município de Alcântara/MA, ocupada tradicionalmente por descendentes de pessoas escravizadas,



conhecidas no Brasil como Quilombolas. Além de usurpar quase 87% do território quilombola, o projeto de porto está situado no coração de uma Área RAMSAR de Preservação Permanente - APA das Reentrâncias Maranhenses –, coberta de matas e manguezais. Já o projeto da ferrovia prevê a construção de 520 quilômetros de trilhos entre Alcântara e Açailândia, e atravessará pelo menos 21 municípios, duas áreas quilombolas e 16 assentamentos de reforma agrária, além de tangenciar seis terras indígenas, das quais quatro têm presença oficialmente de indígenas em isolamento voluntário. Também impactará severamente a APA das Reentrâncias Maranhenses.

2- O projeto de instalação de um **Terminal de Uso Privado (TUP) da empresa Cargill** faz parte de um complexo logístico que visa à exportação de grãos e minérios no estado do Pará, no Brasil. Ele está localizado nas Ilhas do município de Abaetetuba, território de povos e comunidades tradicionais, onde a empresa conseguiu adquirir o terreno. O processo de implementação de um grande porto neste local tem trazido inúmeros impactos socioambientais e violações de direitos, os quais tendem a se agravar, como: à soberania alimentar; à segurança; ao direito à água; ao direito à mobilidade; à autonomia territorial; ao direito à terra e ao território; e ao Direito à Consulta Prévia, Livre e Informada, inclusive ameaçando modo de vida das comunidades, principais guardiãs da Natureza.

3- No Alto Sertão da Bahia, Brasil, foi instalado o projeto de mineração **Mina Pedra de Ferro** da empresa Bahia Mineração (BAMIN), que compõe um complexo logístico formado por ferrovia, mina e porto, visando à exportação de grãos e minérios. Para a sua instalação, duas comunidades tradicionais foram removidas de seus territórios e hoje enfrentam uma situação de extrema vulnerabilidade, sem haver o cumprimento das condicionantes previstas. Ademais, outras comunidades da região estão sofrendo com diversos problemas e violações causados pelo empreendimento, como: impactos à saúde física e mental; contaminação da água, do ar e do solo; impactos à produção da agricultura familiar; ameaça à sua soberania alimentar; violação do direito à moradia; violação do direito à reparação justa e integral; violação ao Direito à Consulta Prévia, Livre e Informada; e a ameaça à preservação de seus modos de vida tradicionais.

4- No município de Autazes, próxima à foz do rio Madeira, a Terra Indígena Soares-Urucurituba, do povo Mura e ainda sem demarcação, possui um projeto da empresa



multinacional **Potássio do Brasil** de exploração mineral de Silvinita de Potássio. O projeto vem causando divisões entre o povo indígena, ameaças às lideranças contrárias, e pressão da sociedade não indígena envolvente, além de um processo conturbado e judicializado de consulta. O caso Mura apresenta a importância de regula es efetivas e vinculantes na responsabilização de corpora es multinacionais frente aos Direitos Humanos, em especial em projetos envolvendo mineração.

5- Caquetá é um dos trinta e dois Departamentos que formam a República da Col mbia. Sua capital   Florencia. Está localizado ao sul do país, na região amaz nica. O piemonte Caquete o se transformou em uma área de expansão da pecuária em permanente crescimento, produto da atividade do colono que derrubava montanhas para convertê-las em pastagens para a criação de gado. O município, como outros localizados dentro do departamento, está enfrentando as diversas causas do desmatamento, como pecuária extensiva, a apropriação de terras e, em menor escala, os cultivos ilícitos. A Amazônia colombiana segue perdendo a sua cobertura florestal. Caso se continue com estas a es, calcula-se que para o ano de 2040, haverá uma perda de 30% da floresta amaz nica colombiana.

6- Na Chiquitania boliviana, enfrenta-se uma série de problemas ambientais e sociais que ameaçam a sua riqueza natural e cultural. Um dos principais focos de conflito se encontra na região de Roboré, onde a apropriação de terras e os assentamentos humanos ilegais em Tucabaca têm gerado tensões e deterioração do equilíbrio ecológico. A falta de regulação e controle efetivo têm permitido que grupos de pessoas invadam e ocupem áreas protegidas. Os territórios estão sendo concessionados pelo próprio Estado, por meio do INRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária). Esta região tem sido afetada por diversos problemas, entre eles temos a expansão de atividades mineiras que ameaça a integridade dos ecossistemas locais e a qualidade da água, as concessões florestais, a derrubada indiscriminada de árvores e a transformação de vastas áreas de floresta em terrenos para a agricultura e criação de gado. Estas práticas irresponsáveis não somente colocam em perigo a biodiversidade da região, mas também o modo de vida das comunidades indígenas e camponesas que dependem dos recursos naturais para o seu sustento.



Concept Note - Side Event - United Nations Forum on Business and Human Rights

Logistics Complexes - Impacts and rights violations for Traditional Peoples and Communities in Latin America

November 25, 2024, 04:30 p.m.

Venue: Rue de Varembe 1, 1202, Geneva.

Portuguese/Spanish/English - please bring your cell phone and earphones for the translation

Organizers: Cáritas Brasileira Regional Norte 2 e Nordeste 3, Justiça Global, Justiça nos Trilhos, Conselho Indigenista Mission rio (CIMI), Rede Eclesial Pan-Amaz nica (REPAM), Funda o Rosa Luxemburgo, Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), KoBra-Kooperation Brasilien, FDCL Berlin, Rettet den Regenwald e.V./Rainforest Rescue

In the most diverse regions of Latin America, there are moves to implement logistics complexes, made up of large enterprises that act with the same *modus operandi*, corresponding to the interests of the market, especially the export of agribusiness products and minerals. As a consequence of these enterprises, traditional peoples and communities have their rights repeatedly violated, which threatens their existence and results in various resistance actions. Through this side event, we would like to demonstrate that these cases are not isolated, but repeated violations throughout Latin America, highlighting the need to guarantee and enforce the rights of traditional peoples and communities, especially to land and territory, self-determination and Prior, Free and Informed Consultation.

Cases:

1- The Gr o Par  Maranhão (GPM) project plans to build a port and a railroad in the state of Maranhão, in a region that is part of the Brazilian Legal Amazon. The port intends to occupy an area of 1.400 hectares on Cajual Island, in the municipality of Alc ntara / MA, traditionally occupied by descendants of enslaved people, known in Brazil as Quilombolas. Additionally to usurping almost 87% of the quilombola territory, the port project is located in the heart of a RAMSAR Permanent Preservation Area - APA das Reentrâncias Maranhenses - covered in forests and mangrove swamps. The railroad project, on the other



hand, foresees the construction of 520 km of track between Alcântara and Açailândia, and will cross 21 municipalities, two quilombola areas and 16 agrarian reform settlements, as well as endanger six indigenous lands, four of which officially have indigenous people in voluntary isolation. It will also severely affect the APA das Reentrâncias Maranhenses

2- The project to install a **Private Use Terminal by the company Cargill** is part of a logistics complex aimed at exporting grains and minerals in the state of Pará, in Brazil. It is located on the Islands of the city of Abaetetuba, a territory of traditional peoples and communities, where the company managed to acquire the land. The process of implementing a large port in this location has brought numerous socio-environmental impacts and rights violations, which tend to worsen, such as: to food sovereignty; to security; to the right to water; to the right to mobility; to the territorial autonomy; to the right to land and territory; and to the Right to Prior, Free, and Informed Consultation, including threatening the way of life of communities, the main guardians of Nature.

3- In the Alto Sertão region of Bahia, Brazil, the “**Pedra de Ferro Mine**” mining project of the Bahia Mineração (BAMIN) company has been installed. It is part of a logistical complex made up of a railroad, mine and port, aimed at exporting grains and minerals. For its installation, two traditional communities were removed from their territories and today face a situation of extreme vulnerability, without complying with the pre-established conditions. Furthermore, other communities in the region are suffering from various problems and violations caused by the project, such as: impacts on physical and mental health; contamination of water, air and soil; impacts on family farming production; threats to their food sovereignty; violation of the right to housing; violation of the right to fair and full reparation; violation of the Right to Prior, Free and Informed Consultation; and the threat to the preservation of their traditional ways of life.

4- Near the Madeira River mouth, in the municipality of Autazes, the Indigenous Land Soares-Urucurituba, of the Mura Indigenous People and yet to be fully demarcated, faces a mining project of Sylvinitite by the transnational corporation **Brazil Potassium**. The project has brought upon division among the communities, threats to indigenous Leaders who are against the mining, animosity from the nearby non-indigenous communities, as well as



trouble Consultation process. This case sheds special light on the importance of serious regulation on Business and Human Rights involving mining projects.

5- Caquetá is one of the thirty-two departments that make up the Republic of Colombia. Its capital is Florencia. It is located in the south of the country, in the Amazon region. The Caquetá piedmont became an area of cattle expansion in permanent growth as a result of the colonist's activity, who cut down mountains to turn them into pastures for cattle raising. The municipality, like others located within the department, is facing the various causes of deforestation, caused by extensive cattle ranching, land grabbing and, on a smaller scale, illicit crops. The Colombian Amazon continues to lose its forest cover. If these actions continue, it is estimated that by the year 2040 there will be a loss of 30% of the Colombian Amazon rainforest.

6- Bolivia's Chiquitania region faces a number of environmental and social problems that threaten its natural and cultural wealth. One of the main areas of conflict is in the Roboré region, where land grabs and illegal human settlements in Tucabaca have led to tensions and a deterioration of the ecological balance. The lack of regulation and effective control has allowed groups of people to invade and occupy protected areas. The areas are granted concessions by the state itself, through the INRA (National Institute of Agrarian Reform). This region has been affected by a number of problems, including the expansion of mining activities that threaten the integrity of local ecosystems and water quality, forestry concessions, indiscriminate felling of trees and the conversion of large areas of forest to agricultural and cattle ranching. These irresponsible practices threaten not only the region's biodiversity, but also the livelihoods of indigenous and farming communities who depend on natural resources for their livelihoods.



Nota Conceptual - Evento Paralelo - Foro de Empresas y Derechos Humanos de la ONU

Complejos Logísticos - Impactos y violaciones de derechos para los Pueblos y Comunidades Tradicionales de América Latina

25 de noviembre de 2024, 04:30 p.m.

Local: Rue de Varembé 1, 1202, Ginebra.

Portugués/Español/Inglés - Por favor, traer celular y audífonos para la traducción

Organizadores: Cáritas Brasileira Regional Norte 2 e Nordeste 3, Justiça Global, Justiça nos Trilhos, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), Fundação Rosa Luxemburgo, Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Kooperation Brasilien (KoBra), FDCL Berlin.

En las más diversas regiones de América Latina se están implantando complejos logísticos, formados por grandes empresas que actúan con el mismo *modus operandi*, en correspondencia con los intereses del mercado, especialmente la exportación de productos agroindustriales y de la minería. Como resultado de estos emprendimientos, los pueblos y comunidades tradicionales tienen repetidamente vulnerados sus derechos, lo que amenaza su existencia y da lugar a diversas acciones de resistencia. A través de este evento paralelo, queremos demostrar que no se tratan de casos aislados, sino de violaciones que se repiten en toda América Latina, enfatizando la necesidad de garantizar y hacer efectivos los derechos de los pueblos y comunidades tradicionales, especialmente a la tierra y al territorio, a la autodeterminación y a la Consulta Previa, Libre e Informada.

Casos:

1- El proyecto **Grão Pará Maranhão (GPM)** prevé la construcción de un puerto y un ferrocarril en el estado de Maranhão, en una región que forma parte de la Amazonia Legal brasileña. El puerto pretende ocupar un área de 1.400 hectáreas en la isla de Cajual, municipio de Alcântara/MA, tradicionalmente ocupada por descendientes de personas



esclavizadas, conocidas en Brasil como quilombolas. Además de usurpar casi el 87% del territorio quilombola, el proyecto portuario se sitúa en el corazón de un Área RAMSAR de Preservación Permanente - APA das Reentrâncias Maranhenses - cubierta de bosques y manglares. El proyecto ferroviario, por su parte, prevé construir 520 kilómetros de raíles entre Alcântara y Açailândia, y atravesará al menos 21 municipios, dos áreas quilombolas y 16 asentamientos de reforma agraria, además de tocar seis tierras indígenas, cuatro de las cuales están habitadas oficialmente por indígenas en aislamiento voluntario. También afectará gravemente al APA de las Reentrâncias Maranhenses.

2- El proyecto de **Cargill** de instalar una **Terminal de Uso Privado (TUP)** forma parte de un complejo logístico destinado a la exportación de granos y minerales en el estado de Pará, Brasil. Está situado en las islas del municipio de Abaetetuba, territorio de pueblos y comunidades tradicionales, donde la empresa consiguió adquirir un terreno. El proceso de implantación de un gran puerto en este lugar ha traído consigo numerosos impactos socioambientales y violaciones de derechos, que tienden a agravarse, como: a la soberanía alimentaria; a la seguridad; al derecho al agua; al derecho a la movilidad; a la autonomía territorial; al derecho a la tierra y el territorio; y el Derecho a la Consulta Previa, Libre e Informada, incluso amenazando el modo de vida de las comunidades, principales guardianas de la naturaleza.

3- En la región del Alto Sertão de la Bahía, Brasil, se ha instalado el proyecto de minería **Mina Pedra de Ferro**, de la empresa Bahia Mineração (BAMIN), que comprende un complejo logístico formado por ferrocarril, mina y puerto, con el objetivo de exportar granos y minerales. Para su instalación, dos comunidades tradicionales fueron desalojadas de sus territorios y hoy se encuentran en una situación de extrema vulnerabilidad, sin que se cumplan las condiciones previstas. Además, otras comunidades de la región sufren diversos problemas y violaciones causados por el proyecto, tales como: impactos en la salud física y mental; contaminación del agua, aire y suelo; impactos en la producción de la agricultura familiar; amenazas a su soberanía alimentaria; violación del derecho a la vivienda; violación del derecho a una reparación justa y plena; violación del Derecho a la Consulta Previa, Libre e Informada; y la amenaza a la preservación de sus modos de vida tradicionales.



4- En el municipio de Autazes, cerca de la desembocadura del río Madeira, la Tierra Indígena Soares-Urucurituba, perteneciente al pueblo Mura y aún sin demarcación, tiene un proyecto de la multinacional **Potássio do Brasil** para la explotación mineral de Silvinita de Potasio. El proyecto ha provocado divisiones entre el pueblo indígena, amenazas a los líderes opositores y presiones de la sociedad no indígena del entorno, así como un proceso de consulta problemático y judicializado. El caso Mura demuestra la importancia de normativas eficaces y vinculantes para la responsabilización de las corporaciones multinacionales en materia de Derechos Humanos, especialmente en los proyectos de minería.

5- Caquetá es uno de los treinta y dos Departamentos que forman la república de Colombia. Su capital es Florencia. Está ubicado al sur del país, en la región amazónica. El piedemonte Caqueteño se transformó en un área de expansión ganadera en permanente crecimiento producto de la actividad del colono que tumbaba montañas para convertirlas en pasturas para la cría de ganado. El municipio como otros ubicados dentro del departamento están enfrentando las diversas causas de la deforestación, causadas por la ganadería extensiva, el acaparamiento de tierras y en menor escala los cultivos ilícitos, la amazonia colombiana sigue perdiendo su cobertura boscosa, si se continúa con estas acciones se calcula que para el año 2040 habrá una pérdida del 30% de la selva amazónica colombiana.

6- La Chiquitania boliviana, se enfrenta a una serie de problemas ambientales y sociales que amenazan su riqueza natural y cultural. Uno de los principales focos de conflicto se encuentra en la región de Roboré, donde el avasallamiento de tierras y los asentamientos humanos ilegales en Tucabaca han generado tensiones y deterioro del equilibrio ecológico. La falta de regulación y control efectivo ha permitido que grupos de personas invadan y ocupen áreas protegidas. Los territorios están siendo concesionados por el propio Estado, a través del INRA (Instituto Nacional De Reforma Agraria). Esta región ha sido afectada por diversos problemas, entre ellos tenemos la expansión de actividades mineras que amenaza la integridad de los ecosistemas locales y a la calidad del agua, las concesiones forestales, la tala indiscriminada de árboles y la transformación de vastas áreas de bosque en terrenos para la agricultura y la ganadería. Estas prácticas irresponsables no solo ponen en peligro la



biodiversidad de la región, sino también el modo de vida de las comunidades indígenas y campesinas que dependen de los recursos naturales para su sustento.